

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003132-72.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**  
 Requerente: **Wilson de Oliveira**  
 Requerido: **DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - SÃO PAULO e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Dispensado o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC.

Ao contrário do alegado pelo autor em réplica, é tempestiva a contestação do DETRAN, considerada a forma de contagem referida pelo juízo às fls. 136.

Há legitimidade passiva do DETRAN, porque o pleito deduzido é de apenas exclusão e/ou transferência de pontuações lançadas no prontuário da parte autora, pontuação esta que fundamentou os processos administrativos de suspensão e/ou cassação do direito de dirigir.

Se houvesse pedido de revisão de outras responsabilidades do autor, por exemplo no que toca às multas, aí não se cogitaria de legitimidade ad causam do DETRAN, entretanto não é o caso dos autos.

Ingresso no mérito.

Este magistrado vinha admitindo o reexame, em processo judicial, da responsabilidade por infração de trânsito, nos casos em que o proprietário comprova não ter sido ele o condutor do


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

veículo por ocasião da infração.

Nas sentenças, invocava-se precedente do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a preclusão temporal consagrada pelo art. 257, § 7º do CTB seria "meramente administrativa" (AgRg no Ag 1370626/DF, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ªT, j. 12/04/2011).

Em nova reflexão, convenço-me do desacerto daquele posicionamento.

Em primeiro lugar, em pesquisa jurisprudencial junto à base de dados do Superior Tribunal de Justiça verifica-se que o referido precedente é isolado, não se tratando de um conjunto de julgamentos que se pudesse considerar verdadeiramente formador de jurisprudência. A matéria não foi objeto de detido exame pela Corte Superior, e o julgado não tem natureza repetitiva.

Em segundo lugar, solução distinta vem sendo adotada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no qual julgam a matéria ora em discussão a 1ª à 13ª Câmaras de Direito Público.

Em pesquisa realizada em 25.08.2018, verifiquei que, em linhas gerais, é significativamente majoritária a confirmação da responsabilidade do proprietário decorrente de, em processo conduzido de modo regular e sem violação às garantias do contraditório e da ampla defesa, não ocorrer a regular indicação de condutor.

As seguintes Câmaras, consoante julgados abaixo, pelo que se constatou, vem confirmando a norma prevista no art. 257, § 7º do Código de Trânsito Brasileiro, e afastado qualquer revisão, se o processo administrativo foi regular:

Câmara	Nº em 2º Grau	Relator(a)	Julgamento
1ª	0021674-89.2011.8.26.0053	Vicente de Abreu Amadei	07/08/2012
1ª	9246719-25.2008.8.26.0000	Luís Francisco Aguilar Cortez	18/08/2009
2ª	1008972-18.2016.8.26.0248	Vera Angrisani	13/07/2018
2ª	1007053-34.2017.8.26.0482	Alves Braga Junior	11/07/2018
3ª	0041442-35.2010.8.26.0053	Angelo Malanga	10/04/2012
4ª	1003906-60.2016.8.26.0344	Paulo Barcellos Gatti	13/03/2017
5ª	1041637-90.2016.8.26.0053	Francisco Bianco	14/03/2018


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

7ª	1012250-39.2015.8.26.0320	Luiz Sergio Fernandes de Souza	05/03/2018
7ª	1003462-29.2016.8.26.0505	Eduardo Gouvêa	06/11/2017
8ª	1003907-45.2016.8.26.0344	Ponte Neto	28/11/2017
9ª	1014010-77.2017.8.26.0053	Moreira de Carvalho	16/11/2017
9ª	1005750-73.2015.8.26.0152	Carlos Eduardo Pachi	19/08/2016
10ª	1007033-25.2016.8.26.0079	Marcelo Semer	16/07/2018
13ª	1008874-66.2014.8.26.0292	Djalma Lofrano Filho	12/04/2017

Por outro lado, ao que se pode concluir pela pesquisa realizada, é válido afirmar que somente a 6ª e a 12ª Câmaras, vem autorizando anulação em demanda judicial, ainda que o processo administrativo tenha sido regular, considerando assim “meramente administrativa” a responsabilidade prevista no Código de Trânsito Brasileiro:

Câmara	Nº em 2º Grau	Relator(a)	Julgamento
6ª	1000253-59.2018.8.26.0480	Leme de Campos	17/08/2018
6ª	1006366-08.2016.8.26.0348	Maria Olívia Alves	04/12/2017
12ª	2178412-60.2016.8.26.0000	Edson Ferreira	06/09/2017

Cabe referir que não encontrei precedente seguro, na 11ª Câmara, que possa ser representativo do seu posicionamento jurídico sobre a questão.

Em terceiro lugar, a despeito do panorama jurisprudencial, nova ponderação sobre o significado do § 7º do art. 257 do Código de Trânsito Brasileiro é de rigor, por este magistrado.

Preceitua o dispositivo: "Não sendo imediata a identificação do infrator, o principal condutor ou o proprietário do veículo terá quinze dias de prazo, após a notificação da autuação, para apresentá-lo, na forma em que dispuser o Conselho Nacional de Trânsito (Contran), ao fim do qual, não o fazendo, será considerado responsável pela infração o principal condutor ou, em sua ausência, o proprietário do veículo".

A leitura do texto normativa mostra que aqui não se trata de simples "preclusão", nem



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

mesmo de "presunção".

Trata-se, isso sim, de imputação de responsabilidade.

O legislador entendeu por bem atribuir ao proprietário a responsabilidade da infração se, em devido processo legal administrativo, não é formalizada regular indicação do condutor no prazo previsto em lei.

Trata-se de imputação válida, porque legitimada por intermédio de um processo administrativo no qual o proprietário pode indicar o condutor, assim como discutir a própria legalidade do auto de infração.

Nesse sentido, evidentemente que a atribuição de responsabilidade, feita na esfera administrativa, foi um ato conforme à lei.

Ora, se o ato administrativo foi legal, não pode ser anulado.

O papel do Poder Judiciário, no controle dos atos administrativos, é o de controlar atos ilegais ou abusivos, não lhe sendo lícito substituir-se à atividade administrativa, cujo sentido restaria completamente esvaziado se assim não fosse.

Essa a compreensão adequada do princípio da inafastabilidade da jurisdição, no que toca ao controle dos atos administrativos, sob pena de violação à separação dos poderes.

Pela clareza de raciocínio, merecem citação os seguintes julgados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

Recurso de apelação – ação de procedimento comum – Direito administrativo – Pretensão à anulação de penalidade de trânsito acessória – Ausência de indicação do respectivo condutor do veículo automotor – Impossibilidade. 1. As notificações foram endereçadas ao respectivo proprietário do veículo automotor pelos correios, conforme a prova documental, não havendo qualquer ilegalidade ou irregularidade, passível de reconhecimento e correção. 2.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Predominância do princípio da legalidade dos atos administrativos. 3.

A ausência de indicação do respectivo condutor não caracteriza infração de trânsito, sendo que a imposição de nova penalidade configura, na verdade, mera consequência prevista no § 8º do artigo 257 do CTB, em razão do descumprimento da obrigação jurídica. 4. (...) 6. Ação de procedimento comum, julgada improcedente. 7. Sentença, ratificada. (...) (Apelação 1041637-90.2016.8.26.0053, Rel. Francisco Bianco, 5ª Câmara de Direito Público, j. 14/03/2018)

Ação ordinária – Cassação do direito de dirigir – Veículo supostamente vendido a terceira pessoa, sem que a então proprietária, ora autora, procedesse à comunicação prevista na regra do art. 134 da Lei Federal nº 9503/97 – Notificação da infração devidamente realizada, à vista da regra do art. 282, §1º – Indicação do condutor que haveria de ser realizada no prazo legal, cuja inobservância acarreta a responsabilidade do proprietário do veículo pela infração, nos exatos termos da regra do art. 257, §7º, do CTB – Sanções administrativas subsistentes, cabendo ao Judiciário apenas o exame da legalidade do ato administrativo – Recurso improvido. (Apelação 1012250-39.2015.8.26.0320, Rel. Luiz Sergio Fernandes de Souza, 7ª Câmara de Direito Público, j. 05/03/2018)

Deve o proprietário que, em regular processo administrativo, não impugnou validamente o auto de infração, nem indicou regularmente o condutor do veículo, assujeitar-se às consequências legais previstas de modo expresse na norma, sob pena de grave insegurança jurídica.

Nesse sentido, precedente do Colégio Recursal desta Comarca:



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO DURANTE PERÍODO DE SUSPENSÃO DO DIREITO DE DIRIGIR. VEÍCULO CONDUZIDO POR TERCEIRO. PRETENSÃO À EXCLUSÃO DA PONTUAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PROVA DE REMESSA DA NOTIFICAÇÃO AO ENDEREÇO DE CADASTRO DO VEÍCULO. PRAZO LEGAL DESCUMPRIDO. SANÇÃO PREVISTA EM LEI E QUE DEVE SER PRESTIGIADA COMO FORMA DE LHE DAR EFETIVIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (Recurso Inominado 1008524-27.2017.8.26.0566, Rel. Rafael Pinheiro Guarisco, 1ª Turma Recursal Cível e Criminal, j. 11/04/2018)

Nesse sentido, os pedidos deduzidos pelo autor e fundamentados na afirmação de que não era ele o condutor do respectivo veículo por ocasião da prática da infração são improcedentes.

Calha dizer ainda, no que toca a esses pleitos, que o autor instruiu a petição inicial com cópias de alguns documentos relativos a indicações de condutor, parte das quais parece dizer respeito a algumas das infrações cujos pontos foram lançados em seu prontuário.

Entretanto, nenhuma dessas cópias comprova que essa indicação foi feita de modo regular, isto é, instruída com os documentos previstos na legislação e com a observância do prazo respectivo.

Para o autor comprovar que foram indicações regulares, deveria ter juntado cópias dos processos administrativos que correram em cada um dos órgãos ou entidades públicos responsáveis pela autuação (vg. DER, Município de São Paulo, Município de São Carlos), cópias estas que são reconhecidamente acessíveis ao particular, cuja juntada era incumbência do autor, por ocasião da propositura da demanda (art. 434, CPC), para reverter a presunção de validade de cada ato e processo administrativo.

Como o autor não trouxe qualquer documento comprovando a irregularidade desses



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

processos administrativos ou a regularidade dessas algumas indicações de condutor, a improcedência desses pleitos é medida que se impõe.

Solução distinta é necessária apenas no que diz respeito aos pontos lançados no prontuário do autor em relação a infrações praticadas na condução do veículo placas EZP 2297, após a alienação do automóvel a terceiro, ocorrida em 09.10.2014.

Quanto ao veículo placas EZP 2297, as infrações de trânsito a seguir listadas foram praticadas na sua condução e em data posterior a 09.10.2014, data em que o automóvel teria sido alienado a terceiro:

- 5A4215998;
- 5A2719531;
- 5A3135961;
- 5A3486898.

A prova da alienação para Franscisco Montagner Neto foi produzida pelo conjunto de elementos que consta às fls. 31, 32/33, 38, 39, 40, 41,42.

Autor não pode sofrer as pontuações correspondentes.

Isto porque o Superior Tribunal de Justiça consolidou jurisprudência no sentido de que o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro deve ser interpretado com temperamentos tem alcance, de maneira que "inexiste a responsabilidade do antigo proprietário pelas infrações cometidas em momento posterior à tradição do bem" (AgRg no AREsp 452.332/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2ªT, j. 18/03/2014).

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 811.908/RS, Rel. Min. Assusete Magalhães, 2ªT, DJe 29.2.2016; REsp 1.659.667/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ªT, DJe 16.6.2017; AgInt no AREsp 429.718/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, 1ªT, DJe 21.8.2017; AgRg no AREsp 174.090/SP, Rel. Min. Humberto Martins, 2ªT, DJe 29.6.2012.

Por essa razão esses pontos devem ser excluídos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DA FAZENDA PÚBLICA****RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Julgo parcialmente procedente a ação para, confirmada a liminar de fls. 93/95 (que tinha exatamente este alcance limitado), condenar o DETRAN na obrigação de excluir do prontuário do autor a pontuação relativa às infrações de trânsito praticadas após 09.10.2014 em relação ao veículo de placas EZP-2297, anulando unicamente os processos de suspensão e/ou cassação que tenham seu fundamento de instauração prejudicado em decorrência desses pontos excluídos.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau (art. 55, L. 9099/95).

Indefiro ao autor a AJG, pois, intimado a tanto pela decisão de fl. 93/95, não apresentou cópia da última DIRPF, deixando de comprovar a hipossuficiência.

P.I.

São Carlos, 26 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**